

Estaleiros a toque de caixa

Categories : [Reportagens](#)

A política da Petrobras de privilegiar a compra de navios feitos no Brasil aliada ao cenário de ampliação da demanda por embarcações para a exploração de petróleo geraram um efeito fomentador de estaleiros de grande porte sem precedentes no país. O tipo de empreendimento que nos tempos áureos se concentrava no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, agora aparecem em Suape (PE), Pontal de Coruripe (AL), Aracaju (SE), Maragogipe (BA) e Biguaçu (SC). Nessas cidades, a licença ambiental prévia vale a participação em licitações e isso provoca uma verdadeira corrida contra o tempo. Em jogo, a inversão de bilhões de reais em negócios que geraram milhões de dólares em embarcações. Nem sempre os preceitos legais (e ambientais) são rigidamente observados e é nessa hora que entra em ação o Ministério Público Federal.

Em Alagoas, no dia 28 de setembro, o procurador da República Bruno Baiocchi Vieira assinou uma ação civil pública contra o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam), o Instituto do Meio Ambiente (IMA) e o Estaleiro Eisa pedindo a nulidade do processo de licenciamento do projeto que desapropriou praias e terrenos da União para construção do empreendimento. O procurador argumenta que a desapropriação não pode ocorrer por decreto do governador do estado, uma vez que a área é bem da União.